



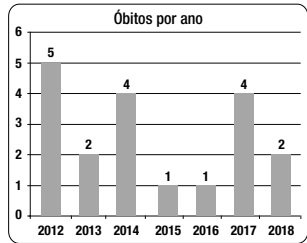
CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA CNPJ nº 09.621.767/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

A CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA - "Casa", fundada em 06 de janeiro de 1984, é uma associação civil de caráter assistencial filantrópico, de direito privado, que tem como objetivo primordial prestar assistência social e de saúde às crianças com lesão cerebral profunda (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente, oriundas de famílias pobres e desestruturadas, em situação de vulnerabilidade, vindas, principalmente, da região metropolitana de Porto Alegre - RS.

Qualidade de Vida dos Acolhidos

Os serviços oferecidos pela Casa do Menino Jesus de Praga estão voltados exclusivamente ao atendimento de seus Acolhidos, contando com uma equipe técnica multidisciplinar com especialistas nas áreas de neurologia, médica, odontologia, nutrição, enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia fonoaudiologia e terapia ocupacional. Esses profissionais, com o incentivo da Casa, buscam de forma permanente a capacitação nos processos em que atuam, com vistas a melhorar a qualidade de vida e aumentar a expectativa de vida dos nossos Acolhidos, como direito de cidadania, dando-lhes a oportunidade de inserção na comunidade, socialização e inclusão escolar.



Nova Casa No início de março de 2018, foi realizada a transferência das atividades de Acolhimento para a nova unidade, que trouxe inúmeros benefícios para toda a coletividade que está envolvida com a Instituição. Novos alojamentos, modernos, amplos e com intensa luminosidade natural. Novos Consultórios modernamente equipados. Sala de Fisioterapia, com o que temos de mais moderno para atender nossos Acolhidos e proporcionar novos e permanentes avanços em recuperação e conforto.

adequadas para o conforto e bem-estar de nossos funcionários e voluntários. Não podemos deixar de relatar que, essa nova estrutura, trouxe novas e diferentes responsabilidades para os Gestores (todos voluntários) em função dos novos atendimentos e ao aumento, previsto, dos custos de manutenção. A Casa precisou refazer o planejamento nos sistemas de controles de custos e de formas de captação para fazer frente à nova realidade e, ao mesmo tempo, criarmos o ambiente para a perenidade da Casa. Citamos por exemplo, os investimentos na divulgação da Casa na mídia, em especial nas redes sociais. Essa divulgação trouxe maior visibilidade para a Instituição. Sem dúvidas, a transferência para a nova unidade trouxe grandes benefícios e conforto para todos, tanto acolhidos, como colaboradores e voluntários, em função dos amplos, modernos e confortáveis alojamentos e salas de atendimento com os mais modernos equipamentos utilizados em Instituições que atuam nessa área.

Gestão Administrativa

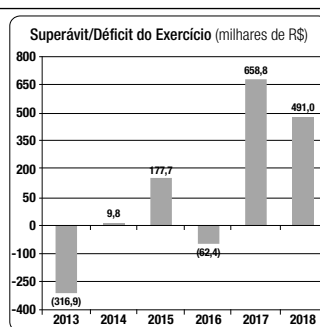
O sucesso de uma organização, em qualquer um dos setores da economia, está, entre outros fatores, na implantação e manutenção de um sistema de gestão com o objetivo de melhorar continuamente o seu desempenho. Para tanto, há que se considerar, ao mesmo tempo, as necessidades de todas as partes interessadas. Isso inclui, entre outras disciplinas de gestão, a gestão da qualidade e o estabelecimento de controles internos transparentes e sistemáticos. A transparência é um compromisso da Casa do Menino Jesus de Praga. É o resultado da decisão dos Gestores de devolver, ao doador/parceiro, o resultado da utilização dos recursos disponibilizados, através de uma comunicação que deve ser entendida claramente por todas as partes envolvidas. A transparência é uma demanda presente em toda a sociedade e um exercício da democracia e da cidadania. Os resultados são novas parcerias baseadas na confiança, que determinam a perenidade da instituição e envolvem toda a sua força de trabalho. Ética e transparência têm como fim o resultado social, que é a Missão da Casa. A Casa vem mantendo um trabalho constante visando sempre melhorar a qualidade de sua gestão, mostrando a seus parceiros a eficiência e transparência de seu desempenho, fiel às suas políticas e objetivos. A Política da Qualidade é um dos compromissos da Instituição. Com a alteração estatutária de 2017, foi implantado, com grande sucesso, o novo Sistema de Gestão. A Casa passou a ser administrada por um Comitê Gestor, voluntário, composto por três gestores que atuam nas áreas Financeira, Administrativa e de Atendimento, com decisões colegiadas. Esses Gestores foram eleitos e são fiscalizados pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Consultivo. Importante informar do caráter de trabalho voluntário de todos os membros da Gestão da Casa. Com relação ao planejamento de perenidade da Casa, continuamos fazendo campanhas de arrecadação, bem como, mantendo uma série de contatos com pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais, buscando a captação de recursos, em especial via utilização do incentivo fiscal do Imposto de Renda (Programa Funcionário) e utilização de incentivo fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Lei da Solidariedade). Graças a essa Lei Estadual, está sendo implantada a estação de geração de energia fotovoltaica, que trará grandes benefícios para a redução dos custos de energia da Casa.

Desempenho Consolidado

Superávit/Déficit

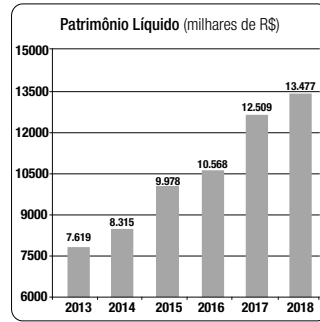
As receitas operacionais tiveram um crescimento de 14,8% em relação a 2017, ao passo que as despesas operacionais tiveram um crescimento de 20,8%, no mesmo período comparado. Com relação ao aumento das despesas operacionais, cabe salientar que, em 2018, a Casa deu sequência ao planejamento para a profissionalização do quadro de funcionários que atuam no

atendimento aos Acolhidos e a adequação da remuneração aos pisos das diversas categorias profissionais dos colaboradores, o que provocou um aumento de despesas com pessoal em 19,0% em relação ao exercício de 2017. Como consequência a Casa apresentou um superávit de R\$ 491,0 mil, em 2018, uma redução de 25% em relação ao superávit de R\$ 658,8 mil, em 2017. As receitas financeiras apresentaram uma queda de 32,7% em relação ao exercício de 2017, em função das maiores necessidades da Casa, gerando movimentações constantes das aplicações financeiras (movimentação diária), além da baixa remuneração destes ativos junto às Instituições Financeiras.



Patrimônio Líquido

O patrimônio da Entidade cresceu R\$ 968,4 mil, em relação a 2017, em função do superávit do exercício e de doações vinculadas. Os valores das doações vinculadas foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado.



Futuro da Casa

O Conselho de Administração está trabalhando, neste ano de 2019, no planejamento buscando a sustentabilidade e a perenidade da Casa, considerando a situação da nova sede, com alternativas e metas para que se possa ter a segurança da continuidade do atendimento com qualidade para os Acolhidos.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os membros do Conselho de Administração, Comitê Gestor, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, bem como aos Gestores dos Processos Internos e Externos da Casa, aos nossos colaboradores, aos voluntários, associados, doadores, colaboradores, fornecedores, da comunidade em geral e aos órgãos governamentais, pelo apoio que tem proporcionado à Casa do Menino Jesus de Praga, em sua caminhada rumo à excelência de seus serviços, em benefício da melhor qualidade e expectativa de vida de seus Acolhidos.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em Reais)

Table with columns for Ativo, Passivo e patrimônio líquido, and data for 2018 and 2017.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em Reais)

Table showing income statement items like Receitas operacionais, Custos e despesas operacionais, and Superávit do exercício for 2018 and 2017.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table showing cash flow items like Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, and Fluxo de caixa das atividades de financiamento for 2018 and 2017.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (em Reais)

Table showing changes in equity items like Saldos em 01 de janeiro de 2017, Doações recebidas para a construção da nova sede e fundo de reserva, and Saldo em 31 de dezembro de 2018 for 2017 and 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Casa do Menino Jesus de Praga ("Entidade") é uma entidade filantrópica, reconhecida pelo Decreto Federal 50.517/1992, constituída no Brasil, e sua sede está localizada à Rua Nelson Zang, 285, Bairro Intercap, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Entidade tem por finalidade promover o bem-estar, a proteção, a assistência e o amparo de crianças desprotegidas, com deficiências cerebrais graves (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente. Por se tratar de Entidade filantrópica usufrui de isenções fiscais e previdenciárias. Em Assembleia geral em 2017, promovida pela equipe gestora da Casa do Menino Jesus de Praga, foram convocados todos os associados para que deliberassem acerca da mudança no Estatuto Social, a qual se trata da alteração da estrutura de governança da entidade. Portanto a estrutura de governança passou a contar com: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Comitê Gestor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC 1.049/12 aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros. Aplica-se também a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas naqueles aspectos não abordados pela NBC ITG 2002. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de abril de 2019.

3. Principais políticas contábeis: a. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. b. Moeda Funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o numeral mais próximo. c. Estimativas contábeis: Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revistas continuamente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o prazo de vida útil e valor residual do ativo imobilizado e a provisão para riscos trabalhistas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. d. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos. Os saldos de disponibilidade de caixa e bancos conta movimento são classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. e. Aplicações financeiras: Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa no médio e longo prazo, e para investimento. Desta forma, não estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa. f. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para os demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que consiste no custo do ativo deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

Table showing useful lives for various assets: Edifícios (37-59 anos), Instalações (10 anos), Móveis e utensílios (10 anos), Computadores e periféricos (5 anos), Veículos (5 anos).

g. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). h. Redução ao valor recuperável dos ativos: No fim de cada exercício, a Entidade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Entidade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. i. Demais ativos circulantes e não circulantes: São apresentados pelo valor histórico o qual não excede o valor líquido de realização. j. Provisões: São provisões reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas

para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. k. Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. l. Reconhecimento das doações, auxílios recebidos e subvenções: As doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros e subvenções destinadas ao custeio das suas atividades são contabilizadas em contas de receita no momento de seu recebimento. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social. m. Receita de aluguel de propriedade para investimento: A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como "Outras Receitas". n. Benefícios de curto prazo aos empregados: Os benefícios de curto prazo concedidos aos empregados da Entidade incluem, a remuneração fixa (salários) e encargos, férias e 13º salário, vide nota explicativa 18 - Despesas com pessoal. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Entidade tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. o. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, ou quando são originados pela Entidade. A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, será baixado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. (iii) Instrumentos derivativos: A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos e não possui posição em aberto desses instrumentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

Table showing Caixa and Banco conta corrente for 2018 and 2017.

5. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas: O saldo R\$ 423.578 no ativo circulante (R\$ 213.374 em 2017) refere-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e quotas de fundos de investimento e estão vinculadas à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI e a variação das quotas do fundo, mantidas junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Branstul. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remuneradas a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2018 (100% em 31 de dezembro de 2017). O saldo de R\$ 633.528 no ativo não circulante (R\$ 176.104 em 2017) se refere a aplicações financeiras vinculadas, sendo R\$ 628.866 vinculadas ao Fundo de Reserva (R\$ 151.497 em 2017) e o montante de R\$ 4.662 (R\$ 24.607 em 2017), que está vinculado à obra da nova sede da Entidade, ambos registrados no Patrimônio Social da Entidade. O Fundo de Reserva da Entidade foi aprovado e regulamentado em Assembleia Geral Ordinária, conforme Artigo 31, § XI do Estatuto Social da Entidade, de 30 de novembro de 2016, com a finalidade de garantir a manutenção e o pleno funcionamento da Entidade.

6. Recursos vinculados a projetos: Em 18 de maio de 2017, a Entidade celebrou um convênio com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando disponibilizar 10 vagas para acolhimento permanente de crianças e adolescentes portadores de deficiências múltiplas. O prazo de vigência e execução do objeto bem como a aplicação dos recursos será de 36 meses, a partir da data do contrato. Para consecução dos objetivos previstos, a Secretaria de Saúde do Estado obriga-se a transferir à Entidade 24 parcelas mensais de R\$ 80.000 e 12 parcelas mensais de R\$ 90.000, totalizando ao final o montante de R\$ 3.000.000. No exercício de 2018, foram recebidos R\$ 960.000, dos quais R\$ 879.535 foram aplicados no atendimento ao convênio. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui o montante de R\$ 80.465 em aplicações financeiras no ativo e a contra partida da obrigação, reconhecida em seu passivo, vinculadas a este convênio. Em 31 de julho de 2018, a Entidade celebrou uma parceria com a Braskem S.A., para executar o projeto denominado

"Construção da Nova Sede da Casa do Menino Jesus de Praga" que tem como objetivo realizar instalações de equipamentos para geração de energia elétrica, através de placas solares fotovoltaicas, suprindo toda a demanda do prédio, conforme aprovado pelo CREAS. O prazo de vigência e execução do objetivo é de seis meses a partir do recebimento do recurso. Para êxito dos objetivos previstos a Braskem S.A. doou R\$ 300.000 em cotas únicas. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui o montante de R\$ 300.136 em aplicações financeiras no ativo e a contra partida da obrigação, reconhecida em seu passivo, vinculadas a esta parceria. Em 05 de agosto de 2018, a Entidade celebrou um convênio com Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), objetivando promover o acolhimento, a proteção, o bem estar, a assistência e o amparo a um maior número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com deficiências cerebrais graves e deficiências motoras severas. O prazo de vigência e execução do objeto bem como a aplicação dos recursos será de 24 meses, a partir da data do contrato. Para execução do projeto, foi depositado o valor de R\$ 611.273 em dezembro de 2018 em 4 depósitos. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui o montante de R\$ 611.383 em aplicações financeiras no ativo e a contra partida da obrigação, reconhecida em seu passivo, vinculadas a este convênio.

7. Estoques: Os saldos de estoques estão representados conforme abaixo:

Table showing Alimentos não perecíveis, Alimentos especiais, Fraldas/absorventes, Materiais e utensílios descartáveis, Material de limpeza, Medicamentos for 2018 and 2017.

8. Devedores por venda de imóvel: O valor de R\$ 280 mil constante na linha de "Devedores por venda de imóvel", refere-se à venda do imóvel situado à Rua Cleveland nº 101, de propriedade da Entidade, conforme contrato de compra e venda de imóvel e outras avenças, celebrado em 11 de setembro de 2017. A liquidação desse valor ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2018.

9. Imobilizado: O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

Table showing Depreciação acumulada and Saldo em 31/12/2018 for Terrenos, Edificações, Máquinas e equipamentos, Equipamentos, Imóvel em andamento, and Movimentação no ativo imobilizado for 2018 and 2017.

CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA						
Custo líquido	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Outros	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Terenos	230.000	-	-	-	-	230.000
Edificações	2.260.318	-	(32.698)	(1.813.334)	(91.181)	323.105
Máquinas e equipamentos	74.641	3.155	-	-	(12.435)	65.361
Equipamentos	-	-	-	-	-	-
de informática	10.304	44.413	-	-	(5.755)	48.962
Móveis e utensílios	7.423	-	-	-	(1.586)	5.837
Veículos	135.048	6.000	(20.000)	-	(7.551)	113.497
Imobilizado em andamento	7.661.590	1.564.912	-	-	-	9.226.502
	10.379.324	1.618.480	(52.698)	(1.813.334)	(118.508)	10.013.264

(a) Em 2017, a Entidade efetuou reclassificação do imóvel para propriedade para investimentos, vide nota 10.

Imobilizações em andamento: As adições do período no valor de R\$ 646.092, contemplam os montantes recebidos de doações vinculadas descritas na nota explicativa 12 e outros investimentos realizados com recursos próprios. Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Entidade, a construção da nova sede, na Rua Nelson Zang nº. 420 continua em andamento. Contudo no ano de 2018, após a conclusão dos alojamentos, ocorreu a transferência dos acolhidos e dos serviços da atual sede para a nova sede. Em função do início da operação da nova sede em 05 de março de 2018, os ativos foram reclassificados para edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

10. Propriedade para investimento: Em 19 de março de 2013, a Entidade, e outras nove entidades beneficiárias, receberam em doação 1/20 avos do imóvel situado na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim de Carvalho, conforme Escritura Pública transmitida por J.M. Imóveis Ltda., cujo valor de avaliação correspondente a Entidade, foi de R\$ 2.000.000, o que aumentou o valor dos ativos e consequentemente o patrimônio social de forma significativa nos exercícios anteriores. Conforme termos da Escritura Definitiva, o imóvel doado possui cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, e a Entidade passou a usufruir dos valores dos aluguéis correspondentes a partir de 15 de setembro de 2015, sendo que até essa data todas as obrigações relativas ao imóvel foram atendidas pelo doador. O contrato de locação estabelecido possui prazo de 50 anos (término em 31 de janeiro de 2062), com reajuste anual indexado ao Índice de Preços ao Consumidor (INPC). Em 2017, a Entidade efetuou a reclassificação deste imóvel para propriedade para investimento para melhor comparabilidade, a Instituição entende que essa reclassificação com a finalidade de comparabilidade não é significativa, pois não altera a compreensão das demonstrações financeiras como um todo e não afeta outras demonstrações de superávit, fluxos de caixa e demonstrações de mutações do patrimônio social.

a. Conciliação do valor contábil:

	2018	2017
Imóvel	2.000.000	2.000.000
Depreciação acumulada	(266.667)	(186.667)
Valor líquido:	1.733.333	1.813.333

11. Obrigações sociais e trabalhistas: Durante o ano de 2018 e 2017, a composição destas obrigações foram como segue:

Descrição:

	2018	2017
Honorários a pagar	1.070	615
INSS a Recolher - Folha Pcto	13.362	16.666
FGTS a Pagar	20.715	22.837
Contrib.Sindical/Assistencial a recolher	-	124
INSS a Recolher - Serv. Terceiros PF/PJ	-	538
Provisões de férias	241.623	263.881
Total	276.770	304.661

12. Doações vinculadas: As doações recebidas para a construção da nova sede e para o fundo de reserva, conforme descrito na nota explicativa 5 foram registradas no patrimônio social. As doações recebidas para a construção da nova sede foram de R\$ 1.129.819 em 31 de dezembro de 2017, e para o Fundo de reserva foram de R\$ 477.369 em 2018 (R\$ 151.497 em 31 de dezembro de 2017), ambas registradas no patrimônio social. Os montantes dos recursos aplicados para a construção da nova sede estão demonstrados na nota explicativa 9.

13. Provisão para contingências: A Entidade possui processos administrativos em andamento referentes a causas trabalhistas e causas cíveis, para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para riscos em função dos mesmos terem sido classificados com probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 1.120 para causas cíveis (R\$ 1.120 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 99.000 para causas trabalhistas (R\$ 24.000 em 31 de dezembro de 2017). Os valores das causas trabalhistas classificadas como perda provável em 2018 totalizam R\$ 5.000 (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2017), para os quais a Entidade possui depósito judicial no montante de R\$ 34.000.

14. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social: Compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits e/ou déficits, doações de imóveis, doações vinculadas à construção da nova sede e saldo do custo atribuído que vem sendo realizado através do lançamento na conta de realização de ajuste de avaliação patrimonial. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se à reavaliação de dois imóveis e de uma gleba urbana de propriedade da Entidade, classificados nas rubricas edificações e terrenos. A referida reavaliação foi efetuada de forma voluntária pela empresa SETAE - Serviços Técnicos de Avaliações e Engenharia Ltda., que emitiu laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2007. Em 30 de março de 2012, houve a venda de um dos imóveis, sendo baixada parte do ajuste de avaliação patrimonial referente a esse imóvel.

COMITÊ GESTOR			
Flavio Gil Victoria de Oliveira CPF nº 242.398.960-87	Jorge Massaharu Tamajusuku CPF nº 618.614.138-15	Jaqueline Carneiro Pesce CPF nº 518.210.010-87	Lucia Regina Faleiro Carvalho CPF nº 516.516.610-49 - Contadora CRC-RS nº 054.895/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de abril de 2019

 **KPMG Assurance Services Ltda.**
CRC SP-023228/F-5

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL	
<p>O Conselho Fiscal da Casa do Menino Jesus de Praga, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Entidade, elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovados em reunião do Conselho de Administração da Casa.</p> <p style="text-align: center;">Porto Alegre, 17 de abril de 2019.</p> <p style="text-align: center;">Gilberto Carlos Monticelli - Conselheiro</p>	<p>Com base nos exames efetuados por ocasião das Reuniões do Conselho Fiscal (preliminar de 08/08/2018 e reunião final de 17/04/2019), no relatório da KPMG Assurance Services Ltda., bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício por parte da Administração da Entidade, este Conselho opina que os referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2018 e estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Associados.</p> <p style="text-align: right;">Valmir Dasso Fernandes - Conselheiro</p>


Sindicium
Sindicato das Indústrias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul

Sede: Rua Santa Catarina, 40 - 9º Andar - Sala 906, Bairro Santa Maria Goretti
Edifício NEO SUPERQUADRA - CEP 91030-330 - Porto Alegre - RS
CNPJ: 92.953.942/0001-02 - Fone (51) 3331.5200

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL convoca os associados para uma reunião de Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 08 de maio de 2019 em primeira convocação às 11 h30min e em segunda convocação às 12h00min, com qualquer número, na Av. Assis Brasil, 8787, Sistema FIERGS/CIERGS, nesta Capital, com a seguinte:

ORDEM DO DIA
- Apreciação e votação do Balanço e Relatório de Atividades referente ao exercício de 2018.
Porto Alegre, 26 de abril de 2019.
NEWTON MARIO BATTASTINI
Presidente


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - LEILÃO

3ª Vara de Successões e de Precatórias Cíveis - Comarca de Porto Alegre.
Natureza: Precatória de Avaliação Processo: 001/1.18.0087644-1 (CNUJ:0135623-47.2018.8.21.0001). Autor: BMR Administração de Bens e Imóveis Ltda. Réu: Telcom Telemática Ltda e outros. Objeto: Venda, em 1º Leilão, na data e hora infra do bem - Apartamento nº 108, localizado à Rua Botafogo, nº 631, Bloco 1, em Porto Alegre/RS, no primeiro pavimento, com área real privativa de 77,63m², área total de 88,59m². Bairro: Menino Deus. Quarteirão: Ruas Botafogo, Comendador Rodolfo Gomes e Avenida Getúlio Vargas. Matrícula nº 42.708 do R.I. da 5ª Zona de Porto Alegre/RS. Avaliação: R\$275.000,00. **COMUNICAÇÃO:** Se não houver lance superior ao valor da avaliação, o bem será levado a 2º Leilão na data e hora infra, a quem mais der, inadmitido preço vil. **ÔNUS:** Não há. **INTIMAÇÃO:** Da parte devedora, caso não encontrada pelo(a) Oficial(a) de Justiça para identificação pessoal, fica por este intimada. **DATAS LEILÕES:** 1ª Data 09/05/2019 às 14:30 horas; 2ª Data 28/05/2019 às 14:30 horas. **LOCAL:** Átrio do Foro Central - Prédio II Rua Manoelito de Ornelas, nº 50, em Porto Alegre/RS. Leiloeiro: Darci Müller - fones: (51)3242.1388 e 98405.1548. Porto Alegre, 28 de março de 2019. **SERVIDOR:** Maria Aparecida Abreu dos Santos. **JUIZ:** Volcir Antonio Casal.

Prefeitura Municipal de Ametista do Sul

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

O Município de Ametista do Sul/RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a inexigibilidade de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrado com a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Frederico Westphalen, de modo que se torna público a justificativa de inexigibilidade que está disponível na Secretaria Municipal de Administração e no site www.ametistadosul.rs.gov.br. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Ametista do Sul, sito à Av. Bento Gonçalves, nº 1433, Centro, Ametista do Sul/RS e posteriormente ser enviadas à Secretaria Municipal de Administração, Ametista do Sul, 26 de abril de 2019. GILMAR DA SILVA, Prefeito